



## MODERNIDADE E ESTATISMO NA CULTURA LUSO-BRASILEIRA

**RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Coordenador do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos/UFJF  
Membro do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira.  
Membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo.  
[rive2001@gmail.com](mailto:rive2001@gmail.com)

O fenômeno do cientificismo consiste em identificar a racionalidade com um determinado estágio da ciência (o correspondente à sua dimensão aplicada), que passa a ser considerado como absoluto. Tal fenômeno, no seio da cultura luso-brasileira, encontrou formulação inicial no ciclo pombalino. A *aritmética política* apregoada pelo marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), constituiu o arquétipo que inspiraria, nos dois séculos subseqüentes, os mais destacados processos modernizadores sofridos pela sociedade brasileira. Afinal de contas, como frisa Antônio Paim, “O positivismo brasileiro tornou-se o desdobramento natural da tradição cientificista iniciada sob Pombal. Mais que isto: transformou-se no fundamento doutrinário do autoritarismo republicano e paulatinamente enquadró o marxismo a partir de 1930. Encarado com essa amplitude, tem uma posição marcante em nossa cultura há cerca de dois séculos”. Pretendo identificar os cinco momentos fundamentais através dos quais se manifestou o fenômeno do cientificismo na nossa cultura. Tais momentos são os seguintes: 1) a *aritmética política* pombalina; 2) a *geometria política* de frei Caneca (1774-1825); 3) o *poder legitimado pelo*

*saber* dos positivistas ilustrados e dos castilhistas; 4) o *equacionamento técnico dos problemas* de Getúlio Vargas (1883-1954) e da segunda geração castilhista; 5) a *engenharia política* do general Golbery do Couto e Silva. Concluirei mostrando a atualidade do cientificismo brasileiro e os riscos que dele decorrem para a plena modernização da sociedade.

### 1) ***A aritmética política pombalina***

Na segunda metade do século XVIII, consolidou-se em Portugal a corrente filosófica do *empirismo mitigado*, que se caracterizava por uma forte crítica à segunda escolástica e ao papel monopolizador que os jesuítas exerciam no ensino, bem como pela tentativa em prol da formulação de uma concepção de filosofia que se identificasse com a ciência aplicada. Duas obras inspiraram essa corrente de pensamento: *Instituições lógicas* do italiano Antonio Genovesi (1713-1769) e o *Verdadeiro método de estudar* de Luiz António Verney (1713-1792). Podemos sintetizar nos seguintes pontos a *aritmética política* formulada por Pombal nas suas *Observações Secretíssimas*: a) o Estado empresário, com o auxílio da ciência aplicada, garante a riqueza da nação; b) o Estado, com o auxílio da ciência aplicada, garante a ordem política e a moral dos cidadãos; c) o Estado, ainda com o auxílio da ciência aplicada, garante a formação da elite burocrático-técnica de que precisa.

Considerada a obra reformadora do marquês de Pombal, no âmbito da modernização que incutiu no seio do Estado português, podemos avaliá-la como a substituição da crença nas tradições religiosas (até então mantidas ciosamente pela Igreja através das Ordens religiosas e da Inquisição, e que exerciam as funções de sustentáculo do poder patrimonial do monarca), pela crença na validade da ciência aplicada como fundamento do Estado. Configurar-se-ia assim, sob Pombal, uma forma de dominação patrimonial modernizador ou, em outros termos, uma modalidade de despotismo esclarecido. Duas realizações destacaram-se no contexto da reforma educacional

pombalina: a reformulação da Universidade de Coimbra que, no sentir de Hernani Cidade “foi verdadeiramente a criação de uma nova Universidade” e a organização do Colégio dos Nobres de Lisboa (1761), que correspondeu à exigência de dotar o Estado português de uma elite burocrático-técnica que garantisse a sua modernização, como salientei anteriormente.

A importância do Colégio dos Nobres foi grande, porquanto constituiu o primeiro esboço da Faculdade de Filosofia baseada no culto à ciência aplicada, que posteriormente deitaria as bases para a reforma da Universidade. Referindo-se à sua proposta, afirmava o médico Ribeiro Sanches que ali “está decretado o ensino da história filosófica, da lógica, da geografia, da cronologia, da história, das matemáticas elementares e transcendentais, da arquitetura civil e militar, da física geral e da experimental, estudos públicos desconhecidos até agora em Portugal”. A idéia científicista, em síntese, surgira em Portugal, sob o marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, como alternativa modernizadora que substituiu a crença na tradição religiosa sobre a qual até então assentava o poder patrimonial do Estado. Em que pese o caráter modernizador da reforma pombalina, em nada modificou o esquema concentrado do poder patrimonial: não surgira, então, da queda do absolutismo teocrático, um regime de democracia representativa, como tinha acontecido na Inglaterra após a Revolução Gloriosa de 1688. Apareceu, assim, como alternativa modernizadora, no seio da cultura lusa, o despotismo ilustrado ou patrimonialismo modernizador, que exerceria forte influxo no desenvolvimento do científicismo no Brasil.

## 2) *A geometria política de frei Caneca*

As idéias fundamentais do científicismo pombalino manifestaram-se, ao longo do Império, no Brasil, em primeiro lugar através do radicalismo republicano de frei Caneca, que sustentava poder-se organizar a sociedade em bases puramente racionais. Esse intento modernizador, no entanto, colidia frontalmente com instituições de governo representativo do Império. Em segundo lugar, o científicismo pombalino manifestou-se na criação da Real Academia Militar (1810), cujo artífice foi um ex-aluno da Universidade pombalina e do

Colégio dos Nobres de Lisboa: o conde de Linhares. A finalidade da Academia consistia em garantir a formação científica de oficiais do Exército e engenheiros. Mas o cientificismo pombalino, se bem é certo que manifesto paradigmaticamente no pensamento de frei Caneca e no currículo da Real Academia Militar, não se restringiu, contudo, a essas duas variáveis. Devido ao fato de a elite que fez a Independência ter-se formado na Universidade pombalina, o cientificismo passou a inspirar as instituições de ensino superior criadas no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Esse cientificismo traduzir-se-ia no afã profissionalizante que respondia às necessidades do Estado e no cultivo da ciência aplicada, com banimento da pesquisa básica e do saber humanístico. Até mesmo a formação do clero viu-se afetada pela maré cientificista-aplicada: o Seminário de Olinda, fundado em 1800 pelo bispo Azeredo Coutinho (1742-1821), deu grande importância ao conhecimento prático do meio brasileiro, num contexto filosófico herdado de Luiz António Verney, que procurava o aspecto útil da educação.

Não há dúvida quanto ao caráter eminentemente profissionalizante e de serviço ao Estado que marcou as instituições de ensino superior ou de cultura, ao longo do século XIX. Além da Real Academia Militar, inspiraram-se nessa tendência a Real Academia de Marinha (1808), os Cursos Médico-Cirúrgicos da Bahia (1808) e do Rio de Janeiro (1809), os Cursos de Agricultura da Bahia (1812) e do Rio de Janeiro (1814), o Gabinete de Química da Corte (1812) e a Cadeira de Química da Bahia (1817), a Cadeira e Aula Prática de Economia Política (1808) entregue a José da Silva Lisboa, a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil (1820), a Imprensa Régia (1808), o Museu Real (1818), o Jardim Botânico (1810), a Biblioteca Pública (1810), a Missão Artística Francesa (1816), etc. À tendência profissionalizante e de serviço ao Estado herdada da mentalidade pombalina respondeu perfeitamente, no nosso meio, o modelo napoleônico das Faculdades e das *Hautes Écoles*. A idéia de Universidade, como instância de pesquisa científica desinteressada e de cultura superior, simplesmente seria deixada de lado.

Voltemos a frei Caneca. A sua menção aqui não é excludente, mas paradigmática. Ele encarnou, no meio brasileiro, a mentalidade cientificista da geração que fez a Independência. É claro que na nossa formação política não foi essa a única tendência a

vigorar. Houve os estadistas do Segundo Reinado, denominados por Oliveira Vianna de “Homens de Mil”, aqueles que rodearam de forma incondicional o Imperador e que fizeram emergir e consolidar as instituições do governo representativo, na trilha do liberalismo doutrinário formulado na França por Royer-Collard, Victor Cousin e François Guizot. Esses “Homens de Mil” romperam com o cientificismo e deram ensejo à mais duradoura experiência de estabilidade institucional que o Brasil jamais conheceu, entre 1841 (após o Ato Adicional e o Regresso), até o final do Império, em 1889. Essa variante da nossa formação política foi formulada precursoramente por Silvestre Pinheiro Ferreira, o estadista que ajudou dom João VI a dar o corajoso passo da monarquia absoluta à constitucional e que pensou, numa perspectiva liberal, pela primeira vez, o Brasil como projeto autônomo. Diríamos que o Segundo Reinado deu ensejo a criativa experiência modernizadora de inspiração liberal-doutrinária, que no entanto não vingou no período republicano, polarizado pelo velho cientificismo pombalino, do qual frei Caneca foi representante modelar. O velho cientificismo do despotismo ilustrado constituiu o leito de procusto onde se deitou a filosofia positivista, que, como diria posteriormente José Veríssimo, virou moda no Brasil republicano e terminou polarizando as outras manifestações modernizadoras da vida pública brasileira. O ideal republicano acalentado por frei Caneca inseria-se na trilha do democratismo (à maneira do *setembrismo* português), que entendia ser a nova ordem fruto da imposição de mentes esclarecidas pelas matemáticas aplicadas sobre as massas ignaras.

### **3) O poder legitimado pelo saber dos Positivistas Ilustrados e dos Castilhistas**

O positivismo teve no Brasil quatro manifestações diferentes: a ortodoxa, a ilustrada, a política e a militar. A corrente ortodoxa teve como principais representantes a Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), que em 1881 fundaram a Igreja Positivista Brasileira com o propósito de fomentar o culto da “Religião da Humanidade” proposta por Augusto Comte (1798-1857) no seu *Catecismo positivista*. A corrente ilustrada teve como principais representantes a Luiz Pereira Barreto (1840-1923), Alberto Sales (1857-1904), Pedro Lessa (1859-1921) e Ivan Lins (1904-1975). Defendia o

plano proposto por Comte na primeira parte da sua obra, até 1845, antes que formulasse a “Religião da Humanidade”, e que poderia ser resumido assim: o positivismo constitui a última etapa (científica) da evolução do espírito humano, que já passou pelas etapas teológica e metafísica e que deve ser educado na ciência positiva, a fim de que surja, a partir desse esforço pedagógico, a verdadeira ordem social, que foi alterada pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. A corrente política do positivismo teve como maior representante a Júlio de Castilhos (1860-1903) que redigiu, em 1891, a ***Constituição para o Estado do Rio Grande do Sul***, que começou a vigorar nesse mesmo ano. Segundo essa Carta, as funções legislativas ficavam em mãos do Executivo (o Presidente do Estado sulino), passando os outros dois poderes públicos (Legislativo e Judiciário) a girar ao redor do governo. Segundo Castilhos, deveria ser invertido o dogma comteano de que à educação moralizadora seguiria pacificamente a ordem social e política: o Estado forte e centralizador arrumaria a casa, para depois educar compulsoriamente os cidadãos na nova mentalidade, ilustrada pela ciência positiva. Esta corrente teve maior repercussão do que as outras três, devido ao fato de ter obedecido à tendência cientificista de que se impregnou o Estado consolidado pelo marquês de Pombal, e também porque respondia aos apelos do caudilhismo gaúcho. Assim, as reformas autoritárias de tipo modernizador que o Brasil experimentou ao longo do século XX, deram continuidade à mentalidade castilhista do Estado forte e tecnocrático. Esse modelo consolidou-se na obra de um seguidor de Castilhos: Getúlio Vargas (1883-1954). Aconteceu com o Castilhismo algo semelhante ao que ocorreu no México com o Porfirismo: cooptou a retórica positivista como ideologia estatizante e reformista, contra as velhas lideranças liberais e conservadoras.

#### **4) O equacionamento técnico dos problemas de Getúlio Vargas**

A manifestação mais acabada do cientificismo brasileiro foi obra de Getúlio Vargas, que realizou a união definitiva das duas vertentes modernizadoras: a castilhista e a proveniente da Academia Militar e da Escola Politécnica. “Qual a contribuição de Vargas ao Castilhismo? - Pergunta Antônio Paim. E responde: - Indicaria, de um modo geral, que

consistiu no empenho em transformar as questões políticas em problemas técnicos”. A proposta modernizadora e autoritária de Vargas em 30, é certo, não foi obra exclusiva do líder são-borjense. Houve, de um lado, a marcante colaboração da segunda geração castilhista, na qual ressalta como figura de proa Lindolfo Boeckel Collor (1889-1942), primeiro ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, idealizador da política trabalhista e estrategista da *Plataforma da Aliança Liberal*. De outro lado, houve a participação dos mineiros, sob a liderança de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), que ensejaram os aspectos liberalizantes da Plataforma. A contribuição de Collor foi decisiva: sob sua inspiração, os Castilhistas deixaram o provincianismo gaúcho, para pensarem o Brasil numa dimensão nacional, superando os vezos do coronelismo familístico. Lindolfo Collor foi, outrossim, responsável pela elaboração dos aspectos estratégicos da Aliança, que abarcavam uma clara proposta de modernização do país, levando em consideração as variáveis econômicas, políticas, militares, trabalhistas, educacionais, etc. Esta proposta de modernização foi concebida no contexto de um estrito centralismo, que conferia ao Executivo soma incalculável de poderes. A principal finalidade do Poder Central era, para Collor, garantir o progresso do país e a unidade da nação.

O esforço modernizador e autoritário de Vargas, ao passo que levava até às últimas conseqüências o preconceito castilhista contra a classe política (“o regime parlamentar – diziam os castilhistas – é um regime para lamentar”), deitava os alicerces para o fortalecimento definitivo do Estado brasileiro e o surgimento da tecnocracia como o seu sustentáculo, materializando assim o ideal do patrimonialismo modernizador pombalino, de organizar a sociedade e o Estado sobre uma base científica. “Todo o esforço de Vargas – afirma Antônio Paim - vai consistir em criar organismos onde as questões de alguma relevância passem a ser consideradas do ângulo técnico. Amadurecido o ponto de vista dos técnicos, a instituição deve assegurar a audiência dos interessados. O governo não se identificará com qualquer das tendências em choque, porquanto exercerá as funções de árbitro”. Vale a pena destacar que o esforço modernizador de Vargas encontrou na obra de Francisco José de Oliveira Vianna forte apelo para descobrir a perspectiva nacional dos problemas. O contato de Vargas com o pensamento do sociólogo fluminense deu-se ao ensejo da sua passagem pelo Congresso Nacional, como chefe da bancada gaúcha, ao

longo da década de 20 do século passado. Essa influência, mais a experiência parlamentar, terminaram por burilar a personalidade pública do jovem advogado dos pagos gaúchos, que terminou se convertendo em estadista sensível aos problemas nacionais, não apenas às reivindicações regionais.

Vargas materializou o princípio do encaminhamento técnico dos problemas, nos principais campos da administração pública e da política. No terreno educacional, por exemplo, promoveu o consenso dos técnicos através da Associação Brasileira de Ensino. No âmbito da política salarial, chegou à adoção, por parte do governo, de mecanismos técnicos, mediante a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; surgiu assim uma legislação abrangente que possibilitou a organização da Justiça do Trabalho e dos sindicatos como peças dessa engrenagem. No campo legislativo, depois de fechado o Congresso em 1937, realizou-se ampla experiência de legislação atendendo a critérios técnicos, com a formação de comissões especiais para elaborar leis e decretos, no terreno do ministério da Justiça e dos Estados. O princípio do encaminhamento técnico dos problemas manifestar-se-ia, finalmente, no campo econômico, no fato de ter sido atribuído ao Estado a missão primordial de promover a racionalidade econômica, que implicava – segundo a tradição castilhistas e à luz do intervencionismo autoritário apregoado por Aarão Reis (1856-1936) – crescente papel tutelar do governo na economia. Esse intervencionismo, que tornava realidade o ideal pombalino do Estado empresário, teve como principais manifestações a criação da Siderúrgica de Volta Redonda, a ingerência do poder público na negociação da moeda estrangeira, a consolidação da centralização das emissões pelo Banco do Brasil, a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito, precursora do Banco Central, a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior e a constituição, no interior desse Conselho, de uma Comissão Especial para estudar o problema do aço.

##### **5) A engenharia política do general Golbery do Couto e Silva**

O golpe de 64 e os vinte anos de regime de exceção que se seguiram podem ser

caracterizados, do ponto de vista da evolução do cientificismo no Brasil, como a volta aos critérios da racionalidade econômica através da intervenção autoritária do Estado e da plena adoção, para isso, da idéia de planejamento. O modelo de Estado patrimonial-modernizador instaurado por Getúlio em 30, teve a sua continuidade com o golpe de 64, especialmente após a reforma administrativa de 1967, que enfeixou nas mãos da elite tecnocrático-militar a formulação da alta política nos terrenos econômico e social, com a marginalização e ulterior cooptação da classe política. Após vinte anos de ditadura tecnocrático-militar, o quadro resultante lembrava bastante o modelo pombalino de despotismo esclarecido: hipertrofia do Poder Executivo (que passou a legislar pelo caminho autoritário do decreto-lei, marginalizando o Legislativo); gigantismo do Estado-empresário, que fez crescer descontroladamente o setor estatal da economia (as empresas estatais passaram de aproximadamente 100 em 1964 para 480 no final do governo Geisel); aceleração do ritmo da inflação (decorrente do paternalismo estatal em face das empresas públicas e privadas improdutivas); desrespeito às liberdades dos cidadãos e criação de privilégios que passaram a beneficiar minorias. A respeito deste último aspecto, escreveu o jurista Ricardo Lobo Torres: “Entre nós a ruptura (do princípio da imunidade em benefício do cidadão) se deu no regime autoritário inaugurado em 1964, que, apropriando-se do discurso positivista pretensamente dotado de cientificidade, (...) confundiu imunidade com isenção (...) (e enfraqueceu) as garantias do mínimo existencial”. A Constituição revogada, frisa o mencionado jurista, desrespeitou a justiça social, ao conceder “indiscriminadamente subvenções e subsídios para a burguesia e isenções para militares, juízes e deputados” e ao ferir, destarte, “os privilégios do cidadão pobre, a quem pouco se concedeu”.

Mas o processo de modernização centrípeta e autoritária não foi apenas uma política que se pôs em prática. Constituiu também todo um conjunto de princípios que foram colocados em circulação especialmente pela Escola Superior de Guerra. A respeito, salienta Antônio Paim: “O pressuposto essencial da Escola tornou-se a promoção da racionalidade na atuação do Estado. Semelhante objetivo é entendido como correspondendo à velha aspiração da intelectualidade e da elite militar e consiste no empenho decidido em prol da superação das deformações do Estado liberal”. Ora, nessa tarefa assiste à elite tecnocrático-militar a capacidade de formular os “objetivos nacionais

permanentes”, que constituem imperativos morais que pairam acima das discussões políticas. A legitimidade na formulação desses objetivos é dada pela ciência, que pretensamente assiste aos formuladores dos mesmos. O mais importante teórico da modernização do Estado brasileiro ao longo do ciclo militar foi, sem dúvida, o general Golbery do Couto e Silva. Alicerçado na proposta de “autoritarismo instrumental” elaborada por Oliveira Vianna, o general Golbery considerava que ao Estado forte e centralizador cabe promover a participação política, orientada à consolidação do sistema democrático, que deve chegar a se tornar “capaz de aperfeiçoar-se ainda mais, assegurando o salutar usufruto das franquias individuais e coletivas e implantando o exercício corrente e eficaz da atuação participativa de todos os cidadãos e grupos sociais na tomada das grandes decisões de interesse da coletividade nacional”.

Este seria o objetivo fundamental a ser alcançado. Essa seria a essência da tarefa de *construção* ou de *engenharia política*, que estaria garantida pela racionalidade que assiste ao Poder Executivo, como diretor de todo o processo. Encontramos vigente na proposta de Golbery, embora mitigado com os acenos democratizantes, o modelo modernizador getuliano-pombalino, que apela para a ciência aplicada a serviço do Estado, como fonte de legitimação do autoritarismo centrípeto. A democracia, para as nações afetadas pelo complexo de clã (que conduz ao insolidarismo) e dispersas na imensidão de grandes extensões continentais, somente poderia vir pelo amargo caminho do Estado autoritário e centralizador. Esse é o caso do Brasil, submetido a crises cíclicas de autoritarismo e excesso de tolerância (“sístoles e diástoles do coração do Estado”). Tal é a lição de Golbery.

**Conclusão.-** É muito forte a tradição cientificista brasileira. A minha exposição deteve-se, apenas, nos momentos em que ela manifestou-se no terreno político, mostrando como o regime militar inseriu-se nesse contexto. Mas outras variáveis também poderiam ser consideradas. A mentalidade cientificista é marcante, por exemplo, no meio universitário, onde um difuso culto à retórica científica, casado com a “vulgata marxista”, levou a que muitos achassem que faziam ciência ao repetir apenas slogans ditados pelo cientificismo de plantão, tendo sido banida a pesquisa básica e o estudo aprofundado das

humanidades.

No terreno político, ainda não foram superados os riscos de enveredarmos por nova trilha de autoritarismo tecnocrático, dado o acúmulo de poderes de que ainda goza o Executivo e os tropeços na modernização da representação parlamentar. A *medida provisória*, emergente da Constituição de 1988, tem-se revelado estatuto político de cunho autoritário que, apesar dos dispositivos jurídicos para a sua limitação conferidos ao Congresso nas últimas décadas, consegue ainda atravancar o trabalho legislativo e dar tremenda volatilidade ao marco jurídico sobre o qual devem repousar as instituições. A instabilidade institucional que afasta investidores encontra nesse ponto, sem lugar a dúvidas, uma das suas causas mais poderosas. O Executivo age, em não poucas oportunidades, como a “mula sem cabeça” de que falava, na época do governo Collor, conhecido intelectual de esquerda. As possibilidades desse tipo de instabilidade aumentam, na medida em que parcela significativa do Partido atualmente no poder continua presa à visão retrógrada das denominadas “viúvas da Praça Vermelha”, sendo acompanhada pelo segmento tradicional dos defensores da Teologia da Libertação. O risco maior, certamente, provém da fragilidade do nosso tecido social. A pobreza, o analfabetismo, o clientelismo, o desemprego crescente, são mazelas que tornam a sociedade brasileira presa fácil dos cientificismos populistas. As Forças Armadas brasileiras, que entre 1964 e 1985 protagonizaram a mais longa intervenção cientificista do período republicano, parece terem-se afastado dessa visão, se levarmos em consideração o pensamento de figuras de prol como o brigadeiro Murillo Santos e o Almirante Mário César Flores, claros defensores da tese da profissionalização das mesmas e da sua inserção no contexto de uma democracia moderna, em que os militares estão submetidos ao poder civil legitimamente constituído.

#### **BIBLIOGRAFIA CITADA**

BITTENCOURT, Raul Jobim. “A educação brasileira no Império e na República”. In: *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.

BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra – Vol. III 1700 - 1800*. Lisboa: Academia

Real das Ciências, 1898.

BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, *Aliança liberal: Documentos da Campanha Presidencial*. (Introdução de Ricardo Vélez Rodríguez). Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. Coleção Biblioteca do Pensamento Republicano.

BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Cultura Política e o Pensamento autoritário*. (Introdução de Ricardo Vélez Rodríguez). Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

CANECA, frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e. *Ensaio políticos*. (Introdução de Antônio Paim. Apresentação de Celina Junqueira). Rio de Janeiro: PUC / Documentário / Conselho Federal de Cultura, 1976.

CARDOSO, Elpidio Marcolino. “Azeredo Coutinho e o Seminário de Olinda”, in: *Pombal e a Cultura Brasileira*, (organização e introdução de Antônio Paim). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982, pg. 50-83.

CIDADE, Hernani. *A reforma pombalina da instrução*. Rio de Janeiro: PUC / Departamento de Filosofia, 1973.

CRIPPA, Adolpho; CAMPOS, Antônio Carlos de Moura; LENZI, Mauro Ângelo; PASSARELLI, Sílvio; VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Democracia e participação*. São Paulo: Convívio, 1979.

FLORES, Mário César, almirante. *Bases para uma política militar*. (Prefácio de Carlos Vogdt; apresentação de Eliézer Rizzo de Oliveira). Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

GENOVESI, Antonio. *As instituições da lógica*. (Tradução de M.Cardoso; introdução de Antônio Paim). Rio de Janeiro: PUC / Documentário / Conselho Federal de Cultura, 1977.

MALFATTI, Selvino Antônio. “Gênese do democratismo na cultura luso-brasileira”. Palestra proferida no Centro de Estudos Filosóficos de Juiz de Fora, em 19/09/1990.

PAIM, Antônio. *A escola cientificista brasileira – Estudos complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil – Vol. VI*. Londrina: Edições CEFIL, 2002.

PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PAIM, Antônio. “Como se caracteriza a ascensão do positivismo”. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, volume 30, no. 119 (julho-setembro de 1980): pg. 249-269.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 3ª. Edição revista e aumentada. São Paulo:

Convívio; Brasília: INL/ Fundação Pro-Memória, 1984.

PAIM, Antônio (organizador). *Pombal na cultura brasileira*. 1ª. Edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro /Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982.

QUINTERO Samaniego, Luis Elías. *A crítica ao Positivismo na Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1990. (Dissertação de Mestrado).

REIS, Aarão. *Economia política, finanças e contabilidade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

SANTOS, Murillo, brigadeiro. *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*. (Prefácio de Miguel Reale; apresentação do brigadeiro Sócrates Monteiro da Costa, Ministro da Aeronáutica e do general Leônidas Pires Gonçalves). Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica 1991.

SANTOS, Wanderley-Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1ª.Edição, Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: DIFEL, 1975.

SILVA, Golbery do Couto e, general. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

TORRES, Ricardo Lobo. “O mínimo existencial e os direitos fundamentais”. In: *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, no. 117 (julho-setembro 1989): pg. 39 seg.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *A ditadura republicana segundo o Apostolado positivista*. 1ª. Edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Castilhismo: Uma filosofia da República*. 1ª. Edição, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. 2ª. Edição, Brasília: Senado Federal, 2000, Coleção Brasil 500 Anos.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil e Instituições Políticas brasileiras*. 1ª. Edição num único volume. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, Biblioteca Pensamento Republicano.